

ATA Nº 96/2017 DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS

No dia 10 do mês de agosto de 2017, nas salas 06 e 07 do 2º andar do Edifício Gerais, na Cidade Administrativa, realizou-se reunião com o objetivo de propor alternativas para a solução pacífica do conflito Quilombo da Lapinha, em Matias Cardoso.

Lígia Maria Alves Pereira, Coordenadora da Mesa de Diálogo, abriu os trabalhos com uma rodada de apresentação dos participantes, conforme lista de presença anexa, que substituirá a assinatura dos presentes.

Helena de Almeida, do Quilombo de Lapinha, conta que estão acampados há 12 anos na localidade. Explica que na compra da fazenda estava registrado no processo um pequeno litígio. Fala que a Casa Grande é um território quilombola, não parque. Residem no local aproximadamente 57 famílias em uma área de 22 hectares.

José Teodorico, do Quilombo de Lapinha, explica que o compromisso feito em juízo pela ocupação de não passar para o terreno do Instituto Estadual de Florestas - IEF está sendo cumprido. Reclama do desmatamento feito às margens do Rio São Francisco, que não é feito pelas famílias, visto que estas promovem sua proteção. Por conta da falta d'água, esclarece que as famílias estão sendo abastecidas por caminhões pipa fornecidos pela prefeitura. Explica que moravam dentro da ilha, mas com as inundações do rio voltaram para a Casa Grande – respondendo o questionamento de Lígia Maria Pereira sobre o processo de ocupação.

André de Souza, do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA, explica o histórico do processo. Lembra que em 2005 fizeram a retomada para a área, nesta data já tinham a certificação da Fundação Cultural Palmares como quilombolas. O acordo feito foi a demarcação de uma área de 22 hectares até que o processo fosse transitado em julgado. Informa os andamentos processuais posteriores. Explica que a ocupação está consolidada, pois trata-se de uma vila com casas de alvenaria.

Maria Zilah, da Comissão Pastoral da Terra, reclama das injustiças do processo. Fala que a história da comunidade é desde a década de 60. Explica que o Projeto Jaíba expulsou o restante dos moradores de suas terras. Faz uma apresentação de fotos do local e das famílias (idosos, crianças e portadores de necessidades especiais). As plantações são feitas nas áreas inundáveis, que não inundam mais, explica.

João Batista, da Unimontes, informa que a Fundação Cultural Palmares certificou a identidade dos moradores. Fala que não é possível saber desde quando existem famílias quilombolas no local. Atualmente seis grupos diferentes moram na comunidade. Fala que o IPHAN já foi acionado para fazer o tombamento. Reclama que infelizmente demora para que as comunidades tenham conhecimento de seus direitos coletivos e fundiários.

Braulino Caetano, do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA, reivindica o cumprimento das promessas feitas pelo Governador do Estado, que pediu 15 dias para responder sobre a carta entregue pelos moradores do Norte de Minas. Explica que sete povos passam por necessidades no norte do Estado, entre eles quilombolas, indígenas, vazanteiros, veredeiros e catingueiros. Reivindica solução para a população negra.

Elisa Cotta, da Unimontes, fala que assinou o relatório antropológico de Lapinha. Cumpriu todos os requisitos e por isso foi aprovado pelo Incra. Fala que o IEF contestou o relatório. A contestação do IEF coloca a Casa Grande como parte do parque. Esclarece que até 2005 era uma área abandonada. Reclama sobre a forma preconceituosa que o IEF manifestou no relatório sobre a identidade da comunidade.

Luci Espeschit, do Incra, esclarece que o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTDI) é composto pelo relatório antropológico e outras peças técnicas (cadastro das famílias, pareceres, etc). No 1º semestre deste ano findou o prazo para contestação. Foram apresentadas 10 contestações, que estão sob análise do órgão. O proprietário da fazenda hoje é a Farevasf, embora a posse da área esteja com o IEF. O IEF condiciona o pagamento da última parcela a desapropriação da terra pelas famílias. Acredita que a reivindicação apresentada na reunião seja a suspensão da Ação de Reintegração de Posse, mas depois terá que se discutir as outras questões.

Ronaldo Ferreira, do IEF, informa que cumpre determinação sobre criação do parque e proteção daquela área. Explica que o órgão não pode agir com relação à reintegração de posse, uma vez que foi movida pela Farevasf. Cabe ao IEF, após o ato, realizar uma análise dos danos.

João Carlos Pio, da Sedpac, fala que o conflito é um desafio, visto que é um caso do Estado. Fala do trabalho da comissão e a regulamentação da lei sobre a ocupação de áreas por comunidades tradicionais.

Edmarcio Leal, da Prefeitura Municipal de Matias Cardoso, informa que a prefeitura tem interesse que a população permaneça na área. Reivindica atuação da Seplag e Segov e reforça que a prefeitura não tem condições de atender essa demanda social sozinha.

Ana Cláudia da Silva, da Defensoria Pública de Minas Gerais, fala que a Ação de Reintegração de Posse, movida pela Farevasf, está atrelada ao fato de a entidade ter recebido 2/3 do valor total da venda, já que o restante está condicionado a desapropriação da terra. Acredita que o IEF possa intervir no feito (ação).

Afonso Henrique de Miranda, do Ministério Público de Minas Gerais, reclama dos impactos sociais que a desapropriação pode trazer. Fala que o órgão convidará a Defensoria Pública. Defende que a população tenha direito aos 22 hectares de terra.

Lígia Maria Pereira concorda com a fala do Senhor Braulino Caetano. Informa que estará em Montes Claros na terça-feira para uma agenda. Explica que a Mesa de Diálogo irá ao Quilombo de Lapinha para conhecer a realidade da população. Será feito um relatório, derivado da visita, para ser entregue ao Governador do Estado. Posteriormente solicitará uma reunião para que se sentem com o chefe do governo. Acredita que a Mesa deixará um levantamento da situação de Minas Gerais, e sugere a um assento na mesa para a Unimontes. Entende que a pauta possa ser colocada na força-tarefa sobre os quilombolas e parques que está sendo montada pelo Ministério Público. Quer que se pense numa saída jurídica para a área de 22 hectares ocupadas. Informa que fará uma reunião com a Age e o IEF. Sugere que o André de Souza, do CAA esteja presente.

Afonso Henrique de Miranda se coloca à disposição para participar da agenda.

Ao final da reunião foram acordados os seguintes encaminhamentos:

- Marcar reunião com o IEF, AGE e CAA para estudar uma saída jurídica para o conflito.